

Congresso quer punir

Gustavo de Faria revolta colegas e explica desvio

BRASILIA — O ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), terá que cruzar com discrição os corredores do Congresso rumo ao Instituto, sediado no prédio principal da Câmara. "Se ele circular muito por aqui, adeus", comentou ontem o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, um dos interessados no depoimento que o deputado prestará às 11h30 de hoje no IPC. Lá, deverá explicar o uso de recursos do Instituto para financiar a construção de casas de veraneio em Búzios (RJ).

Ex-integrante do conselho deliberativo do IPC e companheiro de partido de Gustavo de Faria, o deputado Nilson Gibson (PE) diz que o Legislativo não pode seguir o exemplo do Executivo, com seus inquéritos intermináveis, que nunca dão em nada. "Se a culpa for constatada, temos que dar o exemplo e punir", diz Gibson. Eleito por parlamentares e funcionários para presidir o Instituto, Gustavo de Faria agora tem todo o Congresso contra si: "O sentimento unânime é o de cassar-lhe o mandato se houve pirataria", diz o deputado Sául Queiroz (PSDB-MS).

O deputado José Genoino (PT-SP) conta que é grande a revolta de parla-

mentares e funcionários contra o deputado, envolvido em escândalo da ordem de US\$ 10 milhões tirados do IPC. "Nos bastidores desta Casa não se fala em outra coisa", garante. Ele identifica uma espécie de espírito de corpo ao reverso, no sentido de punir o ex-presidente do Instituto. "Este episódio foi o ápice de uma seqüência de fatos envolvendo o Congresso como uma verdadeira casa de negócios, onde se promovem trens da alegria, pratica-se o nepotismo e, de quebra, ainda se arquivam os resultados de uma comissão de inquérito sobre corrupção no País", diz Genoino. Agora, porém, a disposição é investigar e punir os culpados. "É que além de queimarem a imagem do Congresso, ainda meteriam a mão no dinheiro dos parlamentares", explica irônico o deputado petista.

O que diferencia este caso dos demais e explica o interesse do Congresso em investigar e punir os eventuais culpados é o fato de ele envolver o único órgão executivo administrado por parlamentares. Quem aponta nesta diferença é o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), salientando que o ex-presidente do IPC está na mira do Congresso por ter sido eleito pelos congressistas para representá-los. "O Legislativo foi criticado em muitos momentos por atitudes individuais, em que a expectativa era a de o povo corrigir o equívoco não reelegendo os que, por exemplo, praticaram nepotismo. Mas neste caso foi o Congresso que o elegeu e terá que tomar providências", explica Brandão.

Reprodução



O cheque da transação: Modiano alega que deu até um abatimento